



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682473 - ES (2021/0233078-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : LUCAS FRANCISCO NETO
ADVOGADO : LUCAS FRANCISCO NETO - ES022291
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : MARLI MATOS BATISTA (PRESO)
CORRÉU : THIAGO VIEIRA DE OLIVEIRA
CORRÉU : LUCAS COUTINHO DA ROCHA
CORRÉU : HUGO SIMÕES DE ANDRADE
CORRÉU : ROBERTO MATOS BRAVO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARLI MATOS BATISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (*Habeas Corpus* n. 0008202-35.2021.8.08.000).

A paciente foi denunciada e presa preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 121, incisos II e IV, do Código Penal, c/c artigo 244-B, § 2º, da Lei 8.069/90 e artigos 33 e 35 c/c 40, VI, da Lei 11.343/2006.

A impetrante sustenta nulidades processuais e a ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva. Aduz, ainda, que a paciente possui filho menor de 12 anos, sob a guarda de vizinhos.

Requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva da paciente, com a expedição do competente alvará de soltura e seja determinada a suspensão do andamento da ação penal originária até o julgamento do mérito do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.

CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, tendo em vista os fundamentos do relator na origem:

De início, em relação à suposta nulidade da citação editalícia, observo a partir das informações prestadas pela autoridade impetrada que o edital de citação foi publicado em razão de constar na denúncia que a paciente encontrava-se foragida, situação que excepciona a regra prevista pelo Código de Processo Penal de citação pessoal. Nesse sentido: (AgRg no RHC 11,4.658/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2020, DJe 14/09/2020)

Quanto à inexistência de intimação para a audiência de instrução e julgamento, constato que a ré constituiu advogada nos autos, com a devida procuração, inclusive com poderes para ser intimada, declarando, ainda, estar ciente de todos os termos da denúncia, de forma que não verifico, por ora, a presença de prejuízo capaz de ensejar a nulidade do ato.

Seguindo no feito, verifico que a suplicante encontra -se custodiada para garantia da ordem pública, haja vista que os acusados da ação penal de origem são suspeitos de integrar um grupo organizado com atuações criminosas no tráfico de drogas e homicídios. Assim, a priori, a medida extrema se encontra devidamente motivada, principalmente diante da gravidade em concreto do delito e para que seja evitada a reiteração delitiva.

Nessa ótica, não se mostra cabível a concessão do pleito de prisão domiciliar, mesmo a requerente sendo mãe de filho menor de 12 (doze) anos, haja vista que é acusada de crime mediante destacada violência. Assim, não se mostra adequado, a conversão da prisão preventiva em domiciliar. Nesse sentido, (HC 522.133/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019).

Por fim, quanto à suposta não realização de audiência de custódia, relembro que eventual irregularidade em nada prejudica o regular trâmite do processo, levando-se em consideração a posterior conversão da prisão em flagrante para a preventiva (RHC 127.712/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2020, DJe 09/09/2020). 5. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 614.023/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/10/2020, DJe 12/11/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência